

País só rola o que deve até 84

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, confirmou ontem a proposta brasileira de renegociação da dívida junto ao Comitê assessor de bancos que se refere aos recursos novos de US\$6,5 bilhões a serem obtidos dos bancos privados para este ano e o próximo, mais as amortizações de US\$5,5 bilhões a vencer em 1984. A idéia é transformar estas dívidas em um novo prazo de 9 anos e cinco de carência, isto é, deixar de pagar o principal da dívida durante este período.

Este novo prazo, esclareceu Galvães, é para cobrir apenas a negociação da chamada fase dois, não tem nenhuma relação com 1985, "é um outro jogo" - reiterou o ministro. Segundo Galvães, nesta proposta de renegociação não está incluída a renegociação global da dívida como chegou a ser divulgado.

O que está se tentando agora, explicou ele, "é tratar da questão com a comunidade bancária internacional, onde existem dois problemas". "Um dinheiro novo que ajuda a pagar os juros e o financiamento do resíduo do balanço de pagamentos" - que são os US\$6,5 bilhões, "mais o reescalonamento do principal da dívida a vencer em 84" que são os US\$5,5 bilhões.

Quanto às condições dessa operação, o ministro acentuou que "estão sendo trabalhadas" e que a expectativa é que se consiga prazos maiores e **spreads** (taxas de risco) menores. No momento — explicou ele — o Comitê Assessor está se comunicando com os 60 coordenadores que vão se comunicar com os oitocentos participantes da comunidade bancária para discutir e trabalhar as condições de renegociação com o Brasil.